



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS**

---

**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO – CCJR**

**RELATÓRIO / PARECER**  
**Projeto de Resolução nº 020/2025**  
**Autoria: Poder Legislativo Municipal**

**Ementa:** Dispõe sobre a regulamentação do uso, controle, abastecimento, manutenção e seguro dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Quirinópolis.

**I – RELATÓRIO**

Chegou a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Resolução nº 020/2025, datado de 10 de outubro de 2025, de iniciativa da Mesa Diretora, que dispõe sobre a regulamentação do uso, controle, abastecimento, manutenção e seguro dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Quirinópolis, revogando normas anteriores e estabelecendo novos procedimentos administrativos relativos à frota legislativa.

A proposição disciplina: utilização institucional dos veículos, cadastro de condutores, agendamentos, viagens, pernoite, formulários de checklist, abastecimento exclusivamente eletrônico, manutenção preventiva e corretiva, responsabilidades do condutor, transparência, geração de relatórios mensais e anuais, dentre outras rotinas de controle e gestão.

O projeto foi encaminhado a esta Comissão para análise quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos regimentais.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A análise da CCJR deve se restringir aos aspectos formais e materiais da norma, observando a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno e as regras de técnica legislativa.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS

---

### 1. Competência e iniciativa

Conforme reconhecido no Parecer Jurídico nº 105/2025, a matéria versa sobre **ato interno do Poder Legislativo**, caracterizado como *matéria interna corporis*, pois regulamenta procedimentos administrativos, uso de bens públicos da Câmara e organização interna.

A Constituição Federal (art. 18 e art. 30, I e II), a Lei Orgânica Municipal (art. 8º, I e II) e o Regimento Interno (arts. 237 e 335) asseguram ao Município — e, em especial, ao Poder Legislativo — autonomia e competência para normatizar suas atividades internas.

Trata-se, portanto, de matéria de competência exclusiva da Edilidade, sendo legítima sua apresentação por parlamentar ou pela Mesa Diretora. Não há vício de iniciativa.

### 2. Constitucionalidade formal e material

**Formalmente**, o projeto está adequado ao processo legislativo municipal previsto nos arts. 59, VI; 71; 73 e 257 da Lei Orgânica e do Regimento Interno, que definem a Resolução como o instrumento normativo próprio para tratar de questões político-administrativas da Câmara Municipal.

Não há qualquer usurpação de competência da União ou do Estado, pois o conteúdo refere-se à gestão patrimonial e administrativa local — tema de interesse estritamente municipal.

**Materialmente**, não se identificam afrontas aos princípios constitucionais do art. 37 da CF, nem a direitos ou garantias fundamentais. Ao contrário, a proposta reforça a transparência, segurança, eficiência, economicidade e rastreabilidade do uso da frota pública.

### 3. Juridicidade e técnica legislativa

A redação apresenta boa estruturação, organização lógica e detalhamento procedimental. Entretanto, assim como apontado no Parecer Jurídico nº 105/2025, deve-se observar integralmente a **Lei Complementar nº 95/1998**, especialmente quanto à numeração cardinal dos artigos a partir do art. 10.

Tal adequação pode ser realizada por ocasião da redação final, conforme prática legislativa usual.

Não há outros vícios que impeçam sua tramitação.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS

---

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto e considerando a compatibilidade do projeto com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno e as normas de técnica legislativa, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação **opina pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA, RECOMENDANDO A APROVAÇÃO** do Projeto de Resolução nº 020/2025, **com a observação de adequação da numeração cardinal a partir do art. 10**, conforme determina a Lei Complementar nº 95/1998.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Quirinópolis, 24 de novembro de 2025.

**Vereadora Daiane Ribeiro**  
**Relatora – CCJR**